

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 516.402 - MG (2019/0176094-7)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : JOAO HUMBERTO ALVES E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOÃO HUMBERTO ALVES - SP394961**  
**DALMO MEDICI SILLOS FADUL - MG170315**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : GABRIEL DA SILVA LOBATO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GABRIEL DA SILVA LOBATO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.031515-0/000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos dos arts. 33 da Lei n. 11.343/06 e 12 da Lei n. 10.826/03 (tráfico e posse irregular de munição). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem alegando constrangimento ilegal ao paciente diante da inexistência de fundamentação concreta para a prisão preventiva. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

**HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO PREVENTIVA - PRETENDIDA REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - APREENSÃO DE CONSIDERÁVEL QUANTIDADE DE DROGAS - GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP - INSUFICIÊNCIA DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES NÃO PRISIONAIS - ART. 319, CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.**

- *Evidenciado elementos aptos a demonstrar o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, a segregação preventiva mostra-se necessária, mormente para garantia da ordem pública.*

- *Aprensão de considerável quantidade de drogas, sendo 106,60 gramas de maconha, além de 51 (cinquenta e um) eppendorffs vazios, uma balança do precisão, uma munição do calibre 38 o outra do calibre 32, ambas intactas.*

- *De acordo com posicionamento firmado pelo STJ, "as condições subjetivas favoráveis do recorrente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*sós, não obstatam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva".*

*- Conforme jurisprudência pacífica, o trancamento de ação penal somente é cabível em sede de habeas corpus quando, de modo flagrante e inequívoco ficar evidenciada a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a ausência de elementos indiciários demonstrativos de autoria e prova da materialidade, o que não se verifica nos autos.*

• *Ordem denegada.*

Agora a defesa impetra o presente *habeas corpus* perante essa Corte sustentando inexistir argumentação concreta para manter a prisão antecipada do paciente. Afirma que a gravidade em abstrato de um crime não constitui fundamento idôneo para a decretação da preventiva.

Assegura que se houver condenação do paciente incidirá a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, lhe sendo possível a fixação de regime aberto.

Aduz a atipicidade material da posse irregular de munição de uso permitido.

Pleiteia, em liminar, pela imediata soltura do paciente e no mérito, pela confirmação da liminar e revogação da prisão preventiva do paciente, bem como trancamento da ação penal no tocante ao crime de posse irregular de munição de uso permitido. Subsidiariamente, seja revogada a custódia antecipada do paciente, com a fixação de alguma das medidas cautelares diversas da prisão enumeradas no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida às fls. 56/58.

Informações prestadas às fls. 214/274.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, constata-se a superveniência, em 2/9/2019, de sentença condenatória, parcialmente procedente, nos autos da Ação Penal n 0009629-62.2019.8.13.0529. Não é possível aferir o teor do julgado.

É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que

# Superior Tribunal de Justiça

a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o writ em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional impugnado mediante *habeas corpus*, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião da decretação da segregação preventiva.

In casu, a manutenção da custódia cautelar afigura-se verossímil, pois inexistente notícia de expedição de alvará de soltura após a prolação da sentença condenatória.

Todavia, não há como aferir se a segregação antecipada foi mantida sem a adoção de novos e diversos fundamentos para a cautela - requisito indispensável ao prosseguimento do writ que busca revogá-la, diante da notícia da produção de novo título judicial que examinou a necessidade de manutenção da constrição.

Tratando-se o *habeas corpus* de rito célere, no qual não se admite a dilação probatória e cuja devida instrução compete ao impetrante, a este incumbiria, diante da superveniência de fato novo, a diligência de acostar aos autos o novo título judicial produzido no feito principal, a fim de demonstrar que o aludido julgado não tem o condão de afastar, no caso concreto, a impugnabilidade da decisão combatida pelo presente *mandamus*.

Constatado o silêncio do impetrante, afigura-se forçoso entender pela perda de objeto do presente *habeas corpus*, diante da prolação de novo título.

Por adotar idêntico raciocínio, faço menção à recente decisão prolatada nos autos do RHC n. 63.337/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 5.2.2016.

O pleito de trancamento da ação penal também resta prejudicado, diante da análise exauriente pela instância ordinária da procedibilidade da acusação. Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO**

# Superior Tribunal de Justiça

AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. LITISPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. 3. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. O pedido de trancamento da ação penal por ausência justa causa fica prejudicado pela superveniência da sentença condenatória, em que foi amplamente examinada a existência de autoria e materialidade do delito. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 227.425/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2013).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL, POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ALEGAÇÃO DE NÃO DEMONSTRAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DO PACIENTE NO DELITO IMPUTADO NA DENÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELAÇÃO JÁ JULGADA, PELO TRIBUNAL A QUO. WRIT PREJUDICADO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I. A superveniência de sentença condenatória - em que foram examinadas, em ampla cognição, a autoria e a materialidade do delito - torna sem objeto o Habeas corpus em que se busca o trancamento da Ação Penal, em face da ausência de justa causa.

[...]

III. Agravo Regimental desprovido (AgRg no RHC 19.262/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, DJe 19/04/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator